



Ensino de jornalismo e formação para a cidadania ¹

Profa. Alice Mitika Koshiyama – ECA-USP ²

Resumo

O trabalho apresenta uma visão da história do ensino de jornalismo e defende uma sólida formação educacional para os jornalistas profissionais. Para orientar seu trabalho vale-se de sua ética enquanto cidadão. Mas é a formação técnica e política específica que o habilita para a tarefa de mediador. A história do ensino de jornalismo relata polêmicas seculares sobre como deve ser a formação ideal e aponta a tendência de escolas norte-americanas de elite para a organização de currículos abertos, nos quais se inspira o atual Curso de Jornalismo da ECA-USP. E conclui que um ensino de qualidade exige investimento financeiro para valorizar o trabalho do corpo docente e desenvolver órgãos laboratoriais.

Palavras-chave: história do jornalismo, ensino de jornalismo, formação de jornalistas, currículos Brasil-EUA, valorização dos docentes.

1. Ser jornalista: histórias, mitos e realidades

Ao pensarmos em histórias do passado encontramos personagens e definimos figuras representativas para um olhar sobre esse campo. Pensamos sobre o que é um jornalista antes de pensar na possibilidade de sua formação.

Há nomes como os de Joseph Pulitzer dos EUA e de Cásper Líbero do Brasil, ambos empresários que patrocinaram o ensino universitário de jornalismo. Mas, ao pensarmos em modelos de jornalistas pensamos no desenvolvimento dos estados democráticos: Por que não Thomas Jefferson? Ou Thomas Paine? Ou Horace Greeley? Por que não Assis Chateaubriand? Ou Carlos Lacerda? Ou Samuel Wainer? Ou Perseu Abramo? Cada nome é uma vida, é um percurso na história de um país e também uma possibilidade de pensar o ensino do jornalismo.

Por que não olhar a história dos jornalistas formados em movimentos ideológicos como o anarquismo (cf. Edgard Leunroth. *A organização dos jornalistas brasileiros 1908-1951*)? Ou a história das jornalistas e o trabalho da feminista Cármen da Silva (cf.: A.M.Koshiyama. *Mulheres Jornalistas na imprensa brasileira*)?

No Brasil, descobrimos o mito popular do que é um jornalista, porque os outros falam que eles são, lembrou Renan Antunes de Oliveira: Roberto Marinho falecido

¹ Trabalho apresentado no [NP Comunicação para a Cidadania](#), XXX Congresso da Intercom 2007.

² Alice Mitika Koshiyama é mestre em Comunicação (ECAUSP), doutora em Literatura Brasileira (FFLCHUSP) e Livre-Docente em Jornalismo (ECAUSP). Docente de Graduação em Jornalismo e Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Cidadania da ECAUSP (NJCi) e do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Construção da Cidadania da ECAUSP/CNPq. Pesquisadora de jornalismo, história, cidadania, gênero. E-mail: alicemitika@yahoo.com



dono das empresas Globo, e Pedro Bial, apresentador de programas de entretenimento e repórter de televisão. A observação aparece em um depoimento dele, em que conta suas dificuldades para exercer a profissão (cf. entrevista a estudantes de jornalismo no site fazendomedia.com). Renan explicou que ganhou o Premio Esso de Reportagem 2004 com um texto recusado para publicação na revista *Época*, e por isso teve de publicá-lo no *Jornal Já*, um jornal alternativo de Porto Alegre, com tiragem de 1.500 exemplares.

É uma profissão que tem mitos, ídolos nos meios de comunicação de massa e que atrai personagens com os mais diferentes perfis intelectuais e morais.

É uma profissão que tem uma tradição de negócios e também é parte do exercício da política na construção do estado democrático.

Trata-se de profissão que precisa ser aprendida e pode ser ensinada. O como e o onde são questões ainda polêmicas, embora haja uma suficiente experiência prática e acadêmica para alimentar debates e possibilitar a instalação e desenvolvimento de cursos em nível de graduação e de pós-graduação, no Brasil e nos Estados Unidos.

É uma profissão que tem uma especificidade ética e técnica, hoje posta em questão na cultura dos meios de comunicação. Há constantes tentativas para se domesticar as ações do campo do jornalismo propriamente dito pela promiscuidade de interesses do trabalho jornalístico com áreas como publicidade, relações públicas, mercadologia,. Práticas antes identificadas como atividades impróprias de jornalistas pelas suas entidades sindicais, hoje são defendidas como aceitáveis atividades de mercado. É o caso da assessoria de imprensa, considerada atividade distinta e eticamente incompatível com o exercício do jornalismo até os anos oitenta do século passado pelos sindicatos em nosso país. Hoje, em alguns países, a incompatibilidade permanece; mas no Brasil, os sindicatos de jornalistas assumiram a defesa do mercado de trabalho em assessorias de imprensa para jornalistas.

É uma profissão também atingida pela reestruturação produtiva no capitalismo com conseqüências para o mercado de trabalho e para a formação de futuros profissionais.

Mas, o que é jornalismo? – perguntam os pesquisadores, os professores e os próprios jornalistas, ao se verem na situação de defini-lo. Vários autores deram-se o trabalho de avaliar a bibliografia produzida sobre o tema, e colocá-la sob perspectiva crítica. Dentre esses, destacamos Maurício Tuffani (cf.:Diploma de Jornalismo. Regulamentação deve atender ao desenvolvimento humano.). Seu trabalho tem o dom de mostrar o quanto é complexo o campo de atuação dos jornalistas e quantas

possibilidades temos de reflexão sobre o trabalho deles ao longo da história. E o cuidado em apontar as múltiplas exigências para formar profissionais em condições de atender todas as demandas de trabalho hoje. Sem esquecer que foram modificadas antigas noções de jornalismo pelas práticas de comunicação no mundo atual.

Em relação ao ensino de jornalismo, Tuffani alimenta um debate instigante. Uma das suas conclusões é que jornalismo se aprende, mas não necessariamente em uma escola. Outra conclusão sua é que o ensino das escolas de jornalismo é insuficiente para formar jornalistas, que possam preencher todas as exigências da profissão. Percebemos uma coerência entre a sua percepção sobre o que é o jornalismo e suas conclusões. Coloca-se contra a exigência do diploma em jornalismo para o exercício profissional. Mas pondera que as condições do mercado são desfavoráveis aos trabalhadores, e por isso deve ser estudada uma regulamentação das atividades.

Sylvia Moretzshon, jornalista, professora de jornalismo e pesquisadora, lembra que a fragmentação da realidade do mundo neoliberal e globalizado, disseminou a crença de que o jornalista impede a livre expressão das idéias. Ela pondera, com razão, que há nisso má interpretação do conceito de liberdade e lembra que a exigência de um jornalista para atuar em um meio de comunicação é a proposição de haver um mediador, com preparação para o correto exercício de produção da notícia e sua interpretação. O jornalismo é um ato de mediação e é uma profissão que exige conhecimentos técnicos especializados. E que portanto, deve ser exercido por pessoas que tenham o conhecimento e a responsabilidade sobre a atividade que executam e precisam ser remuneradas para tanto.(cf.: Jornalismo, mediação, poder: considerações sobre o óbvio surpreendente). Ou como lembrou Perseu Abramo, o jornalista é uma intelectual, mas é também um trabalhador da notícia e sua ação difere do exercício da liberdade de expressão de um cidadão ou de político.

Nessa perspectiva de Moretzshon e Abramo, pode-se ensinar jornalismo. Ou melhor, deve-se ensinar jornalismo. Se a perspectiva desses autores é a do jornalismo como atividade profissional e política, podemos avaliar que a formação de novos profissionais pode ser organizada como um projeto de preparação de quadros políticos, empresariais ou de mão de obra para as necessidades do capitalismo hoje.

2. Qual é o melhor ensino de jornalismo?

O legado de Pulitzer permanece nos E.U.A. do século XXI, quando, mais uma vez, jornalistas profissionais e professores buscam reavaliar o processo de formar



jornalistas para enfrentar as mudanças no mercado e na sociedade norte-americana. Debatem como fazer um melhor trabalho, criticam seus procedimentos, buscam opiniões que os desafiam, estão convencidos da utilidade dos estudos em uma universidade. Mas sabem que a escola precisa atender as demandas dos potenciais jornalistas de hoje.

Dentre os vários textos produzidos pelos professores e jornalistas da universidade, escolhemos o que nos pareceu mais consistente em suas proposições (cf. B. Cunningham. Em busca da escola perfeita de Jornalismo). O texto, publicado em 2002, na *Columbia Journalism Review* e traduzido pelo Observatório da Imprensa, relembra os embates do passado com a participação de eminentes mestres. Relembra que desde 1902, quando Joseph Pulitzer pensou em criar uma escola em Colúmbia, lançou a pergunta: o que as escolas de jornalismo devem ensinar? Em julho de 2002, quando Lee Bollinger, novo presidente de Colúmbia, interrompeu a busca pelo novo reitor da escola de Jornalismo e declarou que era preciso repensar sua missão, ele atçou as chamas de um debate existente desde os dias de Pulitzer, nunca inteiramente resolvido.

B. Cunningham observou que as escolas de Jornalismo (dos programas de pós-graduação) nos Estados Unidos, desenvolviam duas categorias de propostas: a primeira é aumentar aprofundar os assuntos; a segunda é dar flexibilidade para o aluno montar seu próprio curso. Usar os recursos de uma universidade maior é a maneira óbvia de expandir o currículo. Há várias maneiras de fazer isso.

Pondera que talvez seja impossível resolver a questão sobre o que as escolas de Jornalismo devem ensinar. E faz um importante reconhecimento sobre as limitações da escola impossibilitada de “dar aos estudantes conhecimento especializado em tudo que eles provavelmente vão cobrir em suas carreiras”. Ressalta que ela pode dar “valores, critérios e as ferramentas que os guiarão enquanto eles se educam sozinhos.” Há a certeza da continuidade das mudanças e da expansão do trabalho básico: “aquilo que as escolas sempre fizeram – ensinar pessoas a reportar, escrever e pensar.”

3. O jornalismo no ensino de comunicação social no Brasil

Um estudo de E. Meditsch esclarece a opção didática para os cursos de Comunicação Social, ao fazer uma explanação sobre o modelo CIESPAI adotado na América Latina. Busca na história recente da área acadêmica da comunicação social no Brasil as explicações para a ruptura entre teoria e prática nas escolas de jornalismo. E



conclui: a mudança de direção no desenvolvimento da área acadêmica do jornalismo, no sentido de um crescimento vertical, necessita da afirmação da especificidade do seu objeto de estudo. (cf.: Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo).

A análise de Meditsch é aplicável na avaliação dos currículos implantados nos cursos de comunicações, dos anos sessenta aos anos oitenta do século passado. Este foi o caso do Curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, a ECA-USP. Observamos a experiência da escola que, desde 1967, então denominada Escola de Comunicações Culturais, enfrentou a questão do ensino de jornalismo como um tema problemático, pois seu currículo era formado por disciplinas que eram obrigatórias e estavam sob a administração de departamentos da escola. E periodicamente eram feitas alterações pontuais no currículo. Apesar dos esforços e do empenho em aparelhar a biblioteca e qualificar os professores e professoras, o currículo fechado causava muitas insatisfações aos alunos pela impossibilidade de fazer disciplinas em outras unidades de ensino da universidade. Constatava-se a necessidade de estudar melhor os aspectos específicos da profissão e oferecer perspectivas de aprofundar o conhecimento em áreas das ciências estudadas e pesquisadas na universidade.

4. Curso de jornalismo: formação básica e especializada

A abertura do currículo da ECA-USP, no início dos anos noventa, foi o resultado de vários debates para aplicar novas alternativas curriculares. Houve um trabalho de professores para reorganizar o currículo de jornalismo a partir de um estudo feito pelo professor Bernardo Kucinski sobre alguns currículos de escolas de jornalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra. Fundamenta-se na idéia de que o futuro jornalista deve receber uma sólida formação sobre a profissão e conhecer a fundo alguma área de conhecimento na universidade.

A organização curricular propunha no curso um conjunto de disciplinas teóricas e práticas básicas para todos os alunos sobre jornalismo. Cerca de dois terços da carga horária passou a ser composta por disciplinas optativas, sendo uma parte delas escolhidas entre as ofertas da ECA e o outro terço poderia ser feito em qualquer unidade da USP sem nenhuma restrição. Foi preciso negociar com outras unidades as vagas para os alunos de jornalismo, mas houve alguns gestos de receptividade como as ciências sociais que abriu uma classe especialmente para atender a demanda no período



1992/1993. Desde então, esse sistema tem funcionado e por causa dele tivemos vários alunos graduados em outras áreas que usaram parte dos créditos concluídos em seus primeiros cursos para se formarem na ECA.

Para um curso de jornalismo hoje, emerge a questão de construir um paradigma de ensino que problematize temas propostos por agentes do mercado tais como: profissionalismo, competência, neutralidade. Concluímos que a relação ensino-mercado para o jornalismo e os jornalistas neste tempo, apresenta desafios que só podem ser superados com a compreensão da dimensão social e política do trabalho no capitalismo do início do século XXI. Capitalismo que incorpora o próprio sistema das corporações de comunicação, cuja organização procura subordinar o exercício do jornalismo aos objetivos empresariais.

Em março de 2004, foi feito um debate interno no Curso de Jornalismo da ECA-USP e, na ocasião, houve proposta de encerrar a abertura curricular da carga de optativas na ECA e na USP. Ao fazer um balanço da aplicação do currículo que estava em vigor defendemos a manutenção da abertura curricular obrigatória para cursar optativas na ECA e na USP, considerando:

- a) a experiência de uma participação curricular que integra as potencialidades de conhecimento da Universidade de São Paulo;
- b) as vantagens para os formados nos mercados de trabalho existentes e possíveis de serem construídos.

Lembramos que um currículo é um instrumento que expressa uma concepção mundo, uma visão do trabalho sobre uma área. Do ponto de vista operacional, um currículo explicita os interesses do corpo docente sobre as suas possibilidades de ensino. Em relação aos alunos, é um roteiro para direcionar trânsito rumo ao diploma, abrindo ou fechando caminhos.

Após a vigência do currículo atual, implantado nos anos noventa, encerrou o ciclo dos protestos dos alunos sobre a insuficiência e a fragmentação da proposta de ensino, o que não significa que problemas e críticas ao ensino deixaram de existir.

O currículo implantado nos anos noventa foi pensado a partir de uma análise do jornalismo como um trabalho que exige do profissional uma sólida formação ética, política e técnica, sendo uma atividade fundamental na sociedade democrática. Este projeto de currículo dos anos noventa enfrentou a necessidade de formação de jornalistas com conhecimentos diversificados e projetos de carreiras para suprir às



múltiplas necessidades da sociedade brasileira, das corporações jornalísticas e organizações não governamentais.

Procurou-se organizar uma proposta que aproveitasse as possibilidades do sistema USP, considerando as variáveis: alunos, docentes, aprendizagem e mercado de trabalho, que enumeramos.

1. Neste currículo, os potenciais jornalistas, alunos da ECA, que ao entrar na escola, chegam com um repertório de conhecimentos e interesses heterogêneos, são estimulados para participar da construção do seu conhecimento. Encontram um currículo pensado para otimizar os recursos da USP a favor da capacidade individual de cada aluno. Por isso, o currículo obriga a frequência de disciplinas obrigatórias no Departamento e optativas -- parte na ECA e parte na Universidade de São Paulo. Esta obrigatoriedade de transitar pela Universidade permite a cada aluno montar seu currículo final personalizado.

2. Para os professores que atuam no Curso de Jornalismo, o currículo com a obrigatoriedade dos alunos frequentarem, em suas optativas, outras áreas da ECA e outras unidades da USP trouxe uma possibilidade de organizar o seu campo de atuação de um modo mais racional. Foi possível dimensionar os limites de cada disciplina e, ao mesmo tempo, estimular os alunos a buscarem, em outras áreas da Universidade, novas abordagens. O corpo docente do Departamento de Jornalismo e Editoração não carrega mais a responsabilidade de uma missão impossível, a de oferecer toda a formação necessária para o futuro jornalista.

3. Houve também uma transformação na relação dos alunos com a aprendizagem. O contato com metodologias de trabalho de outras áreas de conhecimento na universidade, que não jornalismo e comunicação, traz uma dimensão mais abrangente da relação do jornalismo com sociedade. E reforça a compreensão das necessidades da formação profissional ministrada no Departamento.

4. No mercado de trabalho, os alunos de Jornalismo da ECA, que se empenharam em suas formações com as possibilidades do currículo vigente, tiveram as vantagens de concorrer com currículos personalizados, valorizados no confronto com os currículos de profissionais formados em outras propostas, desenvolvidas em condições mais limitadas.

Concluímos que a história das experiências com diferentes projetos curriculares, que vivenciamos ao longo da nossa carreira docente, e principalmente a experiência do currículo do Curso de Jornalismo vigente que comentamos, oferece significativos



argumentos em defesa da manutenção da abertura do currículo da área para outras formações da USP, ressaltando que é uma proposta que valoriza os nossos alunos e as nossas possibilidades como instituição de ensino. (Trechos de texto que elaboramos em 29 de março de 2004)

Atualmente, a abertura dos currículos de graduação na Universidade de São Paulo é um padrão. Em cursos como os de administração (FEA-USP) ou engenharia (POLI-USP), há inúmeros alunos que fazem parte dos seus cursos em outras universidades do país e do exterior, aprendendo com esses contatos que agregam valor a suas formações.

5. Contribuição do curso de pós-graduação

A formação em pós-graduação contribui para melhorar a qualidade de todos que atuam no ensino, na pesquisa e nas práticas de comunicação na sociedade.

Em nossa experiência pessoal constatamos a importância do curso de pós-graduação que transcende a tarefa formal de distribuir títulos de mestres e doutores, o que para alguns parece ser a principal atividade da organização. Dizemos isso porque vemos que há casos de trabalhos concluídos e que não expressam compromissos de seus autores com a pesquisa de seus temas, imaginando, talvez, que suas obras ficarão estacionadas nas estantes.

Nas disciplinas que ministramos na graduação em Jornalismo da ECA-USP (Fundamentos Teóricos da História, História do Jornalismo Geral e História do Jornalismo Brasil) usamos nas bibliografias algumas dissertações de mestrado e teses de doutorado. Também incentivamos consultas aos acervos das bibliotecas na busca de textos sobre os temas que estão sendo estudados, mesmo que não tenham sido por nós indicados. Quando encontram trabalhos mal elaborados há críticas indignadas. Os bons trabalhos têm a aprovação dos alunos que os utilizam intensamente nos seus estudos. Essas reações chamam a atenção para a questão dos usos que as pesquisas podem ter no processo de circulação, nas consultas e leituras atentas.

Constatamos que as teses e dissertações de qualidade são intensamente usadas pelos nossos alunos de graduação, contribuindo para uma formação melhor deles. Vários desses trabalhos foram publicados como livros, e em alguns casos tiveram seus textos revistos e melhorados. Citamos alguns trabalhos feitos na ECA-USP: Ana Maria Laurenza (livro, edição de dissertação), Alex Criado (mestrado), Bernardo Kucinski (livro, edição de tese), Gisely Hime (mestrado), Lílian Perosa (livro, edição de tese). E

uma pesquisa publicada pela FGV, feita em pós-doutorado de José Roberto Montes Heloani.

Percebemos a responsabilidade dos cursos de pós-graduação como centros produtores de material para o ensino de graduação, além de iniciar graduandos à pesquisa, formar docentes e pesquisadores e oferecer mais qualificação para profissionais em comunicação.

No entanto, se sabemos que nas diferentes instâncias cuidamos da qualidade do ensino, notamos profundas limitações que as instituições de ensino nos impõem.

6. Condições para a qualidade no ensino de jornalismo

Neste estudo interrogamos a questão do ensino do jornalismo e seus vínculos com aspectos da história do jornalismo e do desenvolvimento da profissão de jornalista.

Concluimos que há um consenso sobre a necessidade de preparação para que alguém exerça a profissão com habilidade e responsabilidade.

Conhecimentos e experiências de vida importam para o jornalista de hoje e do futuro, o que significa assumir novas concepções de educação, a partir da compreensão das condições do mundo nesse processo de reestruturação produtiva do capitalismo e da mudança de valores, com os paradigmas da globalização e da flexibilização do trabalho.

Acreditamos que o ensino de jornalismo em graduação deve ter uma permanente interação com as atividades de ensino e pesquisa em pós-graduação.

E, finalmente, destacamos que cabe às escolas formar pessoas para executar um trabalho de alta complexidade no sistema de comunicações. Mas, para serem essenciais como formadoras de novos profissionais, as escolas de jornalismo devem oferecer condições aos seus alunos para que utilizem plenamente suas capacidades técnicas, éticas e políticas.

No entanto, duvidamos que um projeto de defesa da qualidade de ensino possa ser adequadamente realizado junto aos alunos, nas precárias condições de trabalho em muitas escolas de jornalismo brasileiras. Nesses locais, docentes são tratados como mão de obra descartável e mal remunerada; e discentes valorizados apenas como clientela pagadora de serviços. Para completar, algumas escolas têm aproveitado a atual liberdade curricular para eliminar investimentos em órgãos laboratoriais – que a história do ensino de jornalismo já comprovou serem essenciais para a formação profissional.



O depoimento de Rosental Calmon Alves, jornalista e professor nos Estados Unidos, em entrevista de outubro de 2001, mostra-nos a relação entre valorização da profissão de docente, qualidade do ensino e valorização dos diplomados em jornalismo:

A primeira diferença é que o aluno de jornalismo daqui estuda menos jornalismo e comunicação do que aí. Só um quarto do curso pode ser de jornalismo. Os outros três quartos são de um currículo básico flexível, formado através de matérias obrigatórias e eletivas de várias faculdades. A flexibilidade é enorme. O aluno pode fazer um “major” em jornalismo e um “minor” em literatura ou economia, coisas assim. Acho que a ênfase nessa formação humanística, generalista, é muito boa.

A condição de trabalho para os professores é outro fator essencial ao analisar as diferenças. Fui professor aí e agora sou aqui e posso assegurar que as conseqüências dessa abismal diferença de condições de trabalho do corpo docente têm um impacto fortíssimo na qualidade do ensino que os estudantes recebem.

Outra diferença é a ligação entre a universidade e as empresas jornalísticas. Fui editor no *JB*, por cinco anos, e durante todo aquele tempo nunca tive contato com as faculdades de jornalismo do Rio. Aqui tenho sempre contato com os jornais, com as entidades jornalísticas dos Estados Unidos, participo de suas convenções e conferências. Semana que vem, haverá a feira de trabalho que se repete aqui na faculdade todo semestre. Dezenas de empresas jornalísticas de todo o país mandam pessoal de recursos humanos para recrutar alunos. E olha que aqui o diploma não é pré-requisito para alguém trabalhar como jornalista. (Entrevista no site Profissão:Repórter)

7. Bibliografia

- ABRAMO, Bia (org.). *Um Trabalhador da Notícia: textos de Perseu Abramo*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- CRIADO, Alex. *Repórteres pioneiras: resgate da trajetória de três jornalistas através da História Oral*. São Paulo, ECA/USP, 2000. 2 v. (dissertação de mestrado).
- EMERY, Edwin. *História da Imprensa nos Estados Unidos*. Rio, Lidaador, 1965.
- EMERY, Edwin & Michael Emery. *The Press and America: An Interpretative History of Mass Media*, New Jersey, Prentice Hall, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, trad. Carlos N. Coutinho, Rio, Civilização, 1968.
- HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. *A hora do progresso do progresso. Cásper Líbero e o exercício do jornalismo nas páginas d'A Gazeta*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, ECA-USP, 1997.
- KNIGHTLEY, Phillip. *A Primeira Vítima (o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã)*, trad. Sônia Coutinho, Rio, Nova Fronteira, 1978.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos Tempos da Imprensa Alternativa*, 2ª.ed., São Paulo, EDUSP, 2006.



LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*, 2ª ed., trad. Eduardo Brandão, SP, Martins Fontes, 1993.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Jornalismo. A Saga dos Cães Perdidos*, São Paulo, Hacker Editores, 2000.

HELOANI, Jose Roberto Montes. *Mudanças no Mundo do Trabalho e Impacto na Qualidade de Vida do Jornalista*. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, NPP – Série Relatórios de Pesquisa – Relatório no. 12/2003.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda X Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*, 2a.ed. , Editora SENAC, 1998.

LEUENROTH, Edgard. *A Organização dos Jornalistas Brasileiros: 1908-1951*, São Paulo, COM-ARTE, 1987.

PEROSA, Lílian. *Cidadania Proibida: o caso Herzog através da imprensa*, São Paulo, Sindicato de Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta - Condições e Contradições do Trabalho Jornalístico*, São Paulo, Editora Brasiliense e Olho D'água, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1983.

8. Textos da internet:

ALVES, Rosental Calmon. Entrevista ao site: Profissão:Repórter. (*Perguntas de Claudio Tognoli, Luiz Maklouf Carvalho, Manoel Francisco Brito e Moisés Rabinovici . Respondidas, por e-mail, em 12 , 13 e 17 de outubro de 2001*), <http://prof.reporter.sites.uol.com.br/rosentalentrevista.htm>

CUNNINGHAM, Brent. TEORIA & PRÁTICA. Em busca da escola perfeita de Jornalismo. Observatório da Imprensa, 13/11/2005. <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da131120021.htm>

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Mulheres Jornalistas na Imprensa Brasileira*. <http://www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np02/NP2KOSHIYAMA.pdf>.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo, mediação, poder: considerações sobre o óbvio surpreendente*, http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=moretzsohn-sylvia-jornalismo-mediacao.html

MEDITSCH, Eduardo. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. In: http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.html

OLIVEIRA, Renan Antunes de. Entrevista concedida a M. Salles, M, Vidal e B.Costa. in: <http://www.fazendomedia.com/fm0026/entrevista0026.htm>

SCHUCH, Hélio A. Adequação do ensino na formação de jornalistas. In: <http://www.saladeprensa>, 48, outubro 2002, ano IV, vol.2.

TUFFANI, Mauricio. Diploma de Jornalismo. Regulamentação deve atender ao



desenvolvimento humano.

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=335JDB004> . (Publicado originalmente na revista eletrônica <http://www.conjur.com.br/> Consultor Jurídico, em 24/6/2005)..